

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Governo paralelo



A manifestação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL, foto), no domingo, na Avenida Paulista, acendeu alertas no meio político e empresarial. Embora o foco inicial do ato tenha sido a criticar o STF e o inquérito que investiga tentativa de golpe de Estado, o tom predominante do ex-presidente remeteu a um discurso de mobilização para as eleições de 2026 – ainda que ele esteja inelegível. Mais do que uma simples fala de oposição, suas declarações alimentaram a ideia de uma espécie de “governo paralelo”.

Manda quem tiver o Congresso

Mesmo sem citar diretamente nomes da Suprema Corte, Bolsonaro ironiza as investigações e, como tem feito em outras ocasiões, terceiriza responsabilidades. O ex-presidente concentrou suas falas na estratégia eleitoral para o próximo ano; pediu aos seus seguidores que deem maioria ao PL e partidos do Centrão no Congresso Nacional.

Mandar mais que o presidente

“Se vocês me derem por ocasião das eleições ano que vem 50% da Câmara e 50% do Senado, eu mudo o destino do Brasil (...) não interessa onde esteja – aqui ou no além – quem assumir a liderança, vai mandar mais que o presidente da República”, disparou Bolsonaro, sugerindo, na prática, que a força de sua influência pode transcender o cargo formal.

Liderança paralela à institucional

A fala foi interpretada por analistas como uma tentativa de consolidar uma liderança paralela à institucional – que assusta e preocupa setores democráticos e empresariais. Seria um “governo alternativo” sem respaldo legal, mas com poder de mobilização, especialmente nas redes e no Legislativo. Seu discurso foi mais anti-Lula e anti-PT do que anti-STF. Bolsonaro está construindo um novo papel para si: o de líder de bancada, influente nas decisões do Parlamento e nas prévias eleitorais.

Em queda, mas com base ativa

Apesar do comparecimento de milhares de apoiadores, sua força política já não é a mesma do auge do bolsonarismo. Ainda assim, o ato contou com a presença de quatro governadores – Tarcísio de Freitas (SP), Romeu Zema (MG), Cláudio Castro (RJ) e Jorginho Mello (SC) –, o que revela que sua influência não deve ser subestimada.

Supersalários no Judiciário crescem 49%, revela estudo

Valor extrateto saltou de R\$ 7 bilhões para R\$ 10,5 bilhões em um ano

/ GASTO PÚBLICO

Os gastos do Judiciário com salários acima do limite constitucional aumentaram 49,3% entre 2023 e 2024. O valor extrateto saltou de R\$ 7 bilhões para R\$ 10,5 bilhões em apenas um ano, muito acima da inflação oficial do período, que atingiu 4,83%.

Os valores constam de estudo inédito do Movimento Pessoas à Frente, organização suprapartidária que propõe melhoras na gestão do serviço público. A pesquisa foi realizada em parceria com o pesquisador Bruno Carazza, professor, economista e jurista com pós-doutorado em Harvard, com foco em políticas públicas e governança.

Com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o levantamento expôs o avanço dos chamados penduricalhos – verbas indenizatórias e adicionais que permitem aos magistrados receber além do teto legal do funcionalismo público.

Segundo o estudo, os auxílios e benefícios correspondem a mais de 43% do rendimento líquido dos magistrados, devendo ultrapassar 50% em breve. Na prática, grande parte da remuneração ultrapassa o teto constitucional (hoje em R\$ 46.366,19) de forma indireta e muitas vezes não tributada.

De 2023 para 2024, o rendimento líquido médio de juizes subiu de R\$ 45.050,50 para R\$ 54.941,80, aumento de 21,95%. O crescimento continuou neste ano, e o valor chegou a R\$ 66.431,76 em fevereiro de 2025.

A pesquisa destaca que esses aumentos são impulsionados por verbas classificadas indevidamente como indenizatórias, que escapam do teto e da tributação de Imposto de Renda. As distorções criam um cenário de disparidade dentro do funcionalismo público, considerando que



Benefícios superam 43% do rendimento de magistrados, diz levantamento

apenas 0,06% dos servidores se beneficia dessas brechas.

De acordo com a diretora executiva do Movimento, Jesika Moreira, os supersalários representam um problema estrutural que se arrasta desde a Constituição de 1988. Apesar de várias tentativas legislativas, nenhuma foi eficaz em conter essa dinâmica. A organização alerta que, se a tendência continuar, o valor de supersalários poderá dobrar novamente em apenas dois anos.

Diante desse cenário, o Movimento Pessoas à Frente defende que o fim dos supersalários seja prioridade na reforma administrativa em discussão no Congresso Nacional. Em parceria com uma coalizão de dez organizações da sociedade civil, o movimento elaborou um manifesto em que sugere nove medidas para combater os supersalários.

O movimento também propõe o fim de benefícios concentrados no sistema de Justiça, como férias de 60 dias (frequentemente convertidas em dinheiro), licenças por tempo de serviço, aposentadoria compulsória como punição (que mantém os vencimentos) e gratificações por acumulação de funções.

Entre as medidas propostas estão:

- Classificação adequada das verbas entre remuneratórias e indenizatórias;
- Limitação de verbas indenizatórias a critérios de natureza reparatória, caráter transitório e criação por lei;
- Aplicação correta do Imposto de Renda sobre verbas remuneratórias;
- Reforço da transparência e da governança na remuneração pública;
- Exigência de lei para criação de qualquer adicional salarial;
- Eliminação de classificações indevidas e transformação de verbas em remuneratórias;
- Fim da vinculação automática entre subsídios;
- Enquadramento como improbidade administrativa de pagamentos acima do teto sem respaldo legal;
- Criação de barreiras ao pagamento de retroativos, com limite temporal.

Haddad defende que reforma inicie por altos salários

No início de junho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), defendeu que a reforma administrativa comece pela discussão dos supersalários. No ano passado, o governo enviou

proposta de emenda à Constituição para limitar os supersalários dentro do pacote de corte de gastos, mas o Congresso desidratou a proposta e incluiu uma regulamentação por lei ordinária, que

pode ser mudada mais facilmente que uma lei complementar. A proposta está sendo debatida por um grupo de trabalho na Câmara, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323